Revista Transmutare
ISSN: 2525-6475

https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr

Limites e contradições na educação a distância: um estudo de caso no IF Sertão-PE (2013-2014)

Bartolomeu Lins de Barros Júnior
clarolhar@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-4510-655
Instituto Federal de Educação do Sertão Pernambucano, Petrolina, Pernambuco, Brasil.

Vânia Cristina Lasalvia
vania.lasalvia@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-0065-0615
Faculdade de Ciencias Aplicadas e Sociais de Petrolina, Petrolina, Pernambuco, Brasil.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar a implantação da modalidade de Educação a Distância (EaD) oferecida pelo IFSERTÃOPE no período de 2013 a 2014, buscando identificar as relações e determinantes envolvidos com a política nacional de educação. Utilizou-se de uma abordagem exploratória por meio de um estudo de caso na instituição alvo. Para isso, foram realizadas leituras de documentos oficiais sobre EaD na rede federal de ensino técnico profissionalizante, aplicação de um questionário semi-estruturado e observação participante durante o período letivo de 2014. Como hipótese, levantou-se a possibilidade de que a EaD possa estar sujeita a uma lógica mercadológica, refletindo uma integração ao fetiche das tecnologias e à reestruturação produtiva em curso. Os resultados das análises indicaram alterações na organização do trabalho docente, negatividade na relação público-privado, dificuldades na estrutura tecnológica e predial e contradições na orientação pedagógica para o trabalho. Conclui-se que o contexto educacional exposto apresenta limitações, em uma perspectiva política e pedagógica influenciada pelo ajuste neoliberal do país na última década. Destaca-se a urgência de os estudantes e trabalhadores assumirem a disputa nesse campo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação a distância. Neoliberalismo. Mercadoria.

INTRODUÇÃO

A Educação a Distância (EaD) tem sido apontada como uma alternativa para a democratização do acesso à educação, especialmente em regiões remotas ou carentes de recursos educacionais. Seu crescimento no mundo se deve ao fato do desenvolvimento das novas tecnologias da informação e comunicação. E tanto sua disseminação e ideal de democratização são decorrentes da promoção do acesso aos diversos instrumentos tecnológicos que subsidiam a interação entre os centros de formação e o usuário/aluno, mediados por políticas públicas governamentais dedicadas.

Esse potencial da EaD é cogitado pela capacidade dessa modalidade de ensino condicionar todos seus objetivos didáticos e de aprendizagem às metodologias orientadas para o atendimento de um número considerável de alunos, devido primordialmente a não necessidade de utilização de tempo restrito, espaços e meios físicos para comportar tais sujeitos.

Com base nas justificativas que respaldam os investimentos em EaD, especialmente no Instituto Federal de Educação do Sertão Pernambucano (IFSERTÃOPE), foi conduzida uma investigação durante os anos de 2013 e 2014. O objetivo foi compreender os esforços da instituição em atender às metas anunciadas no Plano Nacional de Educação (PNE) e à legislação vigente sobre o ensino a distância. Além disso, a investigação buscou identificar as contradições que permeiam as políticas referenciadas, abrangendo tanto os encaminhamentos pedagógicos quanto os estruturais desta modalidade de ensino, no contexto político e econômico, mediado pelo Programa Nacional de Educação de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC.

Como hipótese, levantou-se a possibilidade de que a EaD possa estar sujeita a uma lógica mercadológica, refletindo uma integração ao fetiche das tecnologias e à reestruturação produtiva em curso.

O PONTO DE PARTIDA

A educação, no formato que temos hoje, busca um fim último de desenvolvimento e organização da sociedade, pelo processo de civilização da humanidade, pela consolidação da cultura científica, pela demanda do complexo sistema de produção de bens, no mais na garantia do patrimônio de saberes de todos os povos do planeta. Porém, ainda é uma educação que enfrenta o desafio de superar a disputa de projetos de sociedade e o entendimento das necessidades e interesses dos diversos sujeitos envolvidos, por referências em vivermos com dignidade e por uma ética universal que esteja para além das contradições do capital.

Partimos dessa premissa, para iniciar nossas reflexões sobre a EaD, ao reconhecer que vivemos no interior de uma sociedade de classes, com disputas de projeto societário para a vida dos homens em condições dadas pelo modo de

produção capitalista. Portanto, necessitamos identificar em que circunstâncias é possível situar a EaD enquanto uma modalidade de ensino composta por toda uma especificidade que caracteriza um formato de relações e interações sociais dependentes do uso de tecnologias e processos de ensino-aprendizagem baseados na perspectiva do desenvolvimento das forças produtivas.

Nesta direção, é crucial apontar que a classe proprietária - empresários e as representações públicas e privadas de suas forças, tanto em seus viés legislativo, como jurídicos - assume seus interesses de classe e direcionam seus projetos, teses e metas na direção de manter sua posição de poder e propriedade, garantindo sua ideologia e sua posição no mundo produtivo. A classe proprietária, por meio de sua cultura própria, objetivada dentro de suas condições de apropriação privilegiada, produz símbolos e estratégias de dominação que moldam subjetividades inerentes às necessidades de afirmação do processo de reestruturação do trabalho. É importante destacar que a disputa por projetos societários e interesses diversos é uma realidade em nossa sociedade de classes, que afeta também a modalidade de ensino a distância.

Um dos maiores críticos da educação no país, o professor Gaudêncio Frigotto, resumiu em seu texto 'Os Delírios da Razão" a arquitetura sublinhada pela classe dominante em que "o neoliberalismo se põe como uma alternativa teórica, econômica, ideológica, ético-política e educativa à crise do capitalismo nesses últimos tempos" (FRIGOTTO, 2007, p. 78). Esse autor demonstra como esse arranjo estrutural de novas determinações capitalistas sonda a educação e a impregna de conceitos e objetivos galgados na razão empresarial e de mercado, conformando o projeto ideológico da classe proprietária. Por exemplo, os termos "Sociedade do Conhecimento", "Sociedade Pós-Industrial" e os conceitos inerentes dessa apologia, tais como "qualidade total", "trabalho participativo", "formação flexível, abstrata e polivalente" são expressões que buscam justificar um modelo organizacional que acaba refletido no processo de formação humana.

O professor Frigotto, aponta algumas estratégias para a consolidação desse projeto dominante, quando afirma que:

> No Brasil, vários documentos buscam divulgar este novo conjunto de conceitos como base de políticas neoconservadoras no campo educativo. O documento do Instituto Herbet Levy – *Ensino fundamental & competitividade empresarial* -, elaborado com a participação de intelectuais e técnicos conhecidos, segue a mesma linha dos trabalhos da CEPAL. Mais próximos aos interesses dos *homens de negócios*, o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), uma espécie de intelectual coletivo do empresariado, em consórcio com o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, igualmente promove a divulgação destes novos conceitos através de seminários, cursos e documentos (FRIGOTTO, 2007, p. 98).

Essa referência ao *ethos* organizacional tem como premissa a formação de um indivíduo como projeto de si mesmo (*self branding*), como é explícito no utilitarismo do ideologismo Você S/A e em sua instrumentalização para gerar resultados. E tais empreendimentos encontram na EaD uma plataforma para sua reprodução, na medida em que se espera dessa modalidade de ensino que se

acelere o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais que são valorizadas na sociedade atual, como a capacidade de aprendizado autônomo, a comunicação eficaz e a habilidade de se adaptar às mudanças. São princípios que cabem sobre todos os envolvidos na EaD, desde os coordenadores, tutores, docentes e os alunos. Em suas justificativas pedagógicas, é preciso explorar as possibilidades da EaD para o desenvolvimento do que chamam de "habilidades do século XXI", como criatividade, a colaboração e a resolução de problemas complexos, habilidades permitidas pela EaD por preconizar uma maior flexibilidade e autonomia para o estudante, permitindo que ele personalize sua aprendizagem de acordo com suas necessidades e interesses.

Nessa direção, ao analisarmos a EaD, é importante identificar as expectativas em relação ao trabalhador no mundo atual e como ele pode atender às necessidades do modo de produção vigente. Especialmente no Brasil, onde a escolha por uma economia e política com influências neoliberais resultou no aumento da precariedade do trabalho e desigualdade social (ANTUNES; ALVES, 2004).

Devemos lembrar do cenário político e econômico recente do país, que mostra a perda de direitos trabalhistas em prol dos interesses empresariais, o declínio do movimento sindical, a privatização de empresas e a transferência do gerenciamento de recursos naturais para o setor privado. Além disso, há a garantia legal de repasse de dinheiro público para a administração de serviços educacionais e de saúde pela iniciativa privada[1].

A exemplo, do campo educativo, Frigotto lembra que neste âmbito,

> A regressão neoliberal manifesta-se pelo aniquilamento da escola pública mediante os mais diversos subterfúgios: escolas cooperativas; sistemas escolares de empresas (Bradesco, Xerox, Rede Globo de TV); adoção da ideia de bônus educacional de Friedman; adoção por empresas de escolas públicas; escolas organizadas por " comunidades ou centros habitacionais populares" (FRIGOTTO, 2007, p.103).

O que se constata é que o projeto de educação para o país é definido por escolhas e caminhos historicamente previsíveis pelos governantes em todo o mundo. Há uma escolha política de exploração, na qual se espera que o trabalhador contemporâneo se submeta às orientações objetivas de acordos internacionais realizados pelas agências de financiamento mundial e pelos países em crise (CASTRO; ARAÚJO, 2018). Esses acordos amarram como troca de seus empréstimos as condições de formação e qualificação do trabalhador para uma mão de obra ordinária, visando à mais-valia dentro de uma perspectiva de desenvolvimento que demanda postos de trabalho de pouca ou nenhuma qualificação. Como nos indica o professor Ruy Braga, em matéria do número 32 da Revista Poli: saúde, educação e trabalho,

> O desenvolvimento econômico brasileiro, nos últimos dez anos, se baseou em quatro motores principais: a indústria financeira, a indústria da construção civil, o agronegócio e a mineração e energia. E esses setores, explica, têm um "desempenho bastante piramidal", com "uma concentração muito grande de postos qualificados no topo e uma base rombuda de postos não qualificados ou semiqualificados". Esses últimos dez anos foram de uma absorção enorme de trabalhadores nesses setores. Mas eles não são absorvidos em postos de

> trabalho qualificados pelo simples motivo de que não há necessidade de postos de trabalho qualificados ou altamente qualificados se reproduzirem nesses setores (BRAGA apud GUIMARÃES, 2014, p.7).

Dentro dessa perspectiva, identifica-se que a política de expansão do ensino, ofertada nos últimos anos pelo atual governo brasileiro, consolida a EaD como estratégia fundamental para aprimorar um projeto societário questionável. Tendo em vista que as estratégias de ampliação do acesso desta modalidade de ensino preveem um crescimento nas matrículas, como justificativa de que o caminho certeiro para o desenvolvimento do país está no abastecimento de mão de obra qualificada no mercado.

Mas há desconfianças nessa lógica e certezas de consequências gravíssimas no campo social. A professora e pesquisadora Marise Ramos, acrescenta à discussão que,

> O modelo de desenvolvimento brasileiro, pelo fato de ter a natureza dependente, implicou e implica uma associação com a burguesia internacional. E, com isso, impõe a divisão do lucro. Isso significa um processo de superexpropriação da classe trabalhadora, que fez com que o modelo de desenvolvimento sempre se desse em cima de salários muito baixos e postos de trabalho simples. Hoje a retomada da lógica do neodesenvolvimentismo se dá sobre um tipo de produção que não requer trabalho qualificado (RAMOS apud GUIMARÃES, 2013, p. 7).

A EaD neste cenário aparece como peça fundamental para perpetuação dessa lógica, na medida em que amplia progressivamente o número de trabalhadores em situação de disponibilidade para a concorrência no mercado de trabalho, cada vez mais precarizado.

Um desafio surge dessa contradição e impõe às instituições formadoras e aos trabalhadores a necessidade de garantir uma formação que consiste no acesso ao conhecimento produzido pela humanidade, contudo, conscientes dos mecanismos de exploração, submissão e alienação impostos pelas relações de produção estabelecidas no capitalismo.

Nesse sentido, o presente estudo contribui para ampliar o alerta sobre as políticas de EaD, em especial nos Institutos Federais de Educação, subsidiando gestores e educadores para o confronto com projetos societários que conformam trabalhadores nas razões de produção capitalista, de precariedade na formação e qualificação, na submissão aos interesses do enriquecimento do outro, na exploração do “homem pelo o homem”.

AS METAS DA EAD NO BRASIL

Na tentativa de compreender as metas sugeridas para a EaD, tanto por sinalizações de investimentos pela iniciativa privada, como através do Plano Nacional de Educação (PNE), esse seção busca interseções as reflexões anteriores e o discurso de ampliação da oferta de formação e qualificação do trabalhador brasileiro para atender as demandas atuais do mundo produtivo.

O Centro de Educação a Distância da Universidade de Brasília acompanhou a construção do texto do PNE (2011-2020), que apresenta essa modalidade de ensino entre suas metas fundamentais,

> O Plano Nacional de Educação (PNE), estabelece 20 metas a serem cumpridas pelo Brasil até o ano de 2020. Em três delas, a educação a distância é citada explicitamente, como instrumento fundamental para a execução das propostas. Segundo o plano, a EaD deve ser utilizada como estratégia para que, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos (EJA) sejam oferecidas de forma integrada à educação profissional e no ensino médio (referência na meta 10); para que sejam duplicadas as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, democratizando o acesso à educação profissional pública (meta 11) e, por fim, para que seja elevado o número de matrículas em pós-graduação stricto sensu de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores (meta 14) (CEAD-UnB, 2013).

Segundo o presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), o professor Frederic Michael Litto,

> O crescimento do número de alunos matriculados em cursos a distância é um fenômeno mundial. No Brasil, o Censo da Educação Superior 2012 registrou 1.113.850 matrículas em cursos de graduação, o que corresponde a 15,8% do total da população universitária brasileira. O Censo de Educação a Distância, realizado anualmente pela ABED, destaca em sua mais recente edição o montante de quase seis milhões de alunos em cursos a distância, incluídos os cursos de extensão universitária, cursos livres, educação corporativa e ofertas educacionais pelas organizações do Sistema S (SEBRAE, SENAC, SENAI, SENAT, SENRS, SESC, SESI e SEST) (LITTO, 2013).

Considerando a oportunidade de investimento e rendimentos, foi observado que o Grupo Kroton, considerado em 2014 o maior conjunto de empresas de ensino superior do mundo em número de matrículas e valor de mercado, afirmou que metade do negócio da companhia provém do ensino a distância (KOIKE, 2014). Nesse contexto, pode-se identificar uma contradição entre os investimentos na expansão dos cursos em EaD, o aumento do número de alunos e a demanda por qualificação e formação que pode resultar em um exército de reserva ou, ainda pior, em desemprego estrutural. Quanto a isso, o professor Ruy Braga, da Universidade de São Paulo, que estuda as configurações do mundo do trabalho comenta que,

> O modelo de desenvolvimento brasileiro demanda pouco trabalho qualificado e consequentemente é inercialmente refratário a essas políticas mais ativas de qualificação para o trabalho, que geralmente são associadas ao Pronatec. Temos aí um descompasso: por um lado, um governo que tenta estimular a qualificação profissional e, por outro, um modelo de desenvolvimento que prescinde dessa formação mais qualificada (BRAGA apud GUIMARÃES, 2014, p. 08).

Nesse sentido, é necessário que a EaD enfrente um desafio ainda maior do que as contradições já mencionadas. Ao acompanhar o ritmo das mudanças tecnológicas e o modelo de exploração até então adotado, percebe-se que a EaD está amadurecendo e se tornando cada vez mais integrada ao mercado de

consumo. Nesse sentido, a EaD está se consolidando como uma forma concreta de aprimorar a sociabilidade nos modos de reprodução e acumulação do capital.

A EaD E SEU FETICHE

A Educação a Distância teve origem na modernidade e está relacionada às relações de produção. A EaD se adapta ao desenvolvimento das forças produtivas e da tecnologia para atender aos interesses de exploração de uma classe social sobre outra, mantendo o modo de produção capitalista. Embora seja vista como uma oportunidade democrática de acesso à educação, a EaD pode gerar desigualdades no processo de aquisição do conhecimento, especialmente em relação à formação e qualificação do trabalhador e ao controle sobre os meios de produção. Quando a EaD é vista como um projeto de expansão acelerada, essa disparidade pode se amplificar.

Estabelece-se aqui a noção de fetichismo quando as tecnologias emergem nas relações de ensino e aprendizagem. Isso acontece quando os arcabouços teórico-metodológicos se combinam com a inovação de um novo tempo e lugar, criado pela dependência do desenvolvimento das forças produtivas diante do capital. Os sujeitos se constituem como potenciais consumidores, entrelaçados na noção de "sociedade do conhecimento" e "capital humano", e há as relações desses constituintes da mercadoria em processo de troca. Neste ínterim, as relações sociais intercambiadas pela EaD parecem emergir de relações entre coisas (processos e produtos), onde os sujeitos, aluno, professor, trabalhadores não se distinguem na trama. A universalização da produção de mercadoria mascara as relações de ensino-aprendizagem, em detrimento das relações de troca entre as mercadorias. Para Marx,

> [...] a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se representa, não têm que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas (MARX, 1996, p.198).

Notadamente constatamos que se há demanda para educação a distância, a oferta da modalidade presencial de ensino é acessível a poucos que possuem o controle sobre as formas desenvolvidas da produção e se asseguram da manutenção de seu poderio, como os filhos e jovens da classe média[2].

As justificativas para a implantação da EaD, como a falta de tempo e o acesso limitado à qualificação e preparação para o mundo produtivo, levam a uma corrida desigual para acessar as novas tecnologias e o conhecimento acumulado pela humanidade. Isso ocorre porque aqueles que possuem melhores condições de vida para adquirir bens e acessar serviços e inovações estão na dianteira, graças às oportunidades que tiveram em anos anteriores para se formarem e se qualificarem, e ao ambiente social privilegiado em que se encontram.

A EaD, como uma forma social que possui relações com a forma mercadoria, parece propor uma aparência de igualdade no acesso ao conhecimento e nas condições de desenvolver o processo de ensino-aprendizagem, intermediadas pelas inovações tecnológicas e metodológicas. No entanto, é justamente a noção de fetichismo que oculta a essência desse processo, que se constitui, como vemos acima, em desigualdade. A naturalização de um um ambiente social específico, dotado de relações sociais entre coisas, consiste numa ilusão. Como se uma armadilha às claras provesse o real de sentido imagético, capaz de dotar o ensino a distância com potencial legítimo de valores unânimes, derivados da noção de igualdade das coisas. Lembremos Marx,

> Somente dentro da sua troca, os produtos recebem uma objetividade de valor socialmente igual, separada da sua objetividade de uso, fisicamente diferenciada. Essa cisão do produto de trabalho em coisa útil e coisa de valor realiza-se apenas na prática, tão logo a troca tenha adquirido extensão e importância suficientes para que se produzam coisas úteis para serem trocadas, de modo que o caráter de valor das coisas já seja considerado ao serem produzidas (MARX, 1996, p. 199).

Não é difícil constatar que o lucro obtido com essa modalidade de ensino é enorme, na medida em que a oferta desses cursos barateiam os custos, na possibilidade de triplicar a quantidade de alunos por turma; possui estrutura reduzida em comparação com as aulas presenciais. Além disso, amplia-se a jornada do professor sem mais onerações.

Forma-se, assim, um aparato estrutural, econômico e ideológico capaz de garantir interesses previsíveis para o capital. Esses interesses se consagram na subjetividade do indivíduo, forjando necessidades e imputando aptidões inócuas próprias da precariedade que abrange o mundo produtivo, com a perversidade do capital.

METODOLOGIA

Neste artigo, apresentamos uma pesquisa exploratória que teve como objetivo investigar uma modalidade de ensino que tem recebido muitos investimentos no país nos últimos anos. A escolha pela pesquisa exploratória (GIL, 2002) foi apropriada porque permitiu uma maior familiaridade com o problema e a investigação de vários aspectos relacionados. Analisamos esses aspectos em relação a um contexto político-econômico complexo que reflete a crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2011) e que demanda uma análise sobre a formação humana no contexto da reestruturação produtiva resultante dessa crise.

No entanto, para confirmar algumas tendências no processo de criação, organização e encaminhamentos das políticas, foi necessário eleger um estudo de caso. O pesquisador considerou que esse método seria o mais adequado para investigar o fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos, conforme afirmado por Yin e citado por Gil (2002, p.54).

Para este estudo, foi possível utilizar o método de observação participante, pois um dos autores participou como tutor a distância no curso técnico de manutenção e suporte em informática do IFSERTÃOPE entre 2013 e 2014. Anteriormente, em 2011, ele já havia feito um curso de formação na área, promovido pela instituição como parte do planejamento para a implantação da EaD. Como tutor a distância, o pesquisador atuou em três polos de EaD da instituição.

Para sistematizar o estudo em questão, no primeiro semestre de 2014 foi aplicado questionário e realizado a observação participante nesses polos. Os dados recolhidos na observação foram registrados de forma direta em caderno de campo e demarcados sob a estrutura, a organização de ensino e os sujeitos envolvidos (coordenação, tutores, professores e alunos). O questionário continha questões abertas a serem respondidas por correio eletrônico pelo responsável do departamento de EaD na época da pesquisa. As questões abordaram vários aspectos do programa de EaD, incluindo sua estrutura, metas, adaptação das instalações, organograma institucional, custos e investimentos, público-alvo e organização do trabalho docente.

OS LIMITES E AS POSSIBILIDADES DA EAD NO IFSERTÃOPE

Neste item, são apresentados limites claros para o desenvolvimento da modalidade de ensino a distância (EaD), os quais merecem a atenção de todos os sujeitos envolvidos no processo. Foram abordados a relação contraditória entre o público e o privado, as dificuldades estruturais e metodológicas pedagógicas, a abordagem empresarial que envolve o domínio sobre os recursos na relação entre oferta e demanda, a evasão e a reestruturação do trabalho docente, incluindo precarização e flexibilidade.

Os cursos de EaD no IFSERTÃOPE surgiram com a Rede E-Tec Brasil, instituída pelo decreto nº 7589/2011, que se integra ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e se articulam com outras ações do Ministério da Educação, como a expansão da Rede de Educação Técnica Profissional e a ampliação da capacidade do Sistema S para desenvolver a educação técnica profissionalizante na modalidade a distância.

Em 2013, foram sugeridos 05 (cinco) cursos técnicos profissionalizantes[3] na modalidade EaD para serem implantados no IFSERTÃOPE, mas somente um desses cursos foi executado nos cinco campi da instituição na época. Os demais cursos foram suspensos devido às orientações da Rede E-Tec Brasil, que repassava os recursos para o Instituto Federal de Educação do Paraná (IFPR), parceiro responsável pela confecção do material pedagógico e estruturação dos cursos, mas que estava sob investigação policial referente ao desvio de mais de R$ 6,6 milhões dos contratos com uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público)[4]. A suspensão das atividades da Diretoria de EaD do IFPR prejudicou mais de 30.000 alunos por todo o país. No entanto, o IFSERTÃOPE indicou que os cursos seriam continuados com recursos próprios.

Para uma noção do avanço da EaD na instituição, em 2020, foram ofertados os seguintes cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) na modalidade EAD, a saber: Agente de Desenvolvimento Socioambiental, Agente de Gestão de Resíduos Sólidos, Agente de Projetos Sociais, Assistente Administrativo, Auxiliar Pedagógico, Contador de Histórias, Operador de Computador, Organizador de Eventos, Programador Web, Recepcionista, Assistente Administrativo, Auxiliar de Agropecuária, Mestre de Obras, Assistente Administrativo, Assistente de Logística, Assistente de Planejamento, Programação e Controle de Produção, Assistente Financeiro, Sommelier, Agricultor Orgânico e Programador de Sistemas, totalizando 1.633 matrículas e um total de 920 alunos certificados[5]. Esse avanço se deu, também, na educação superior, com números que impressionam e revelam questões a serem investigadas com profundidade, na medida em que a prioridade das políticas educacionais parece se direcionar à oferta da EaD pela educação privada[6].

Não é exagero destacar que o caminho escolhido para qualificar e expandir a educação brasileira tenha sido o de transferir os recursos públicos para a gestão e empreendimentos privados[7]. Essa abordagem segue a receita neoliberal adotada por outros países que questionam por essa decisão tomada há alguns anos[8].

No aspecto metodológico, as orientações tomadas pela a EaD do IFSERTÃOPE não se diferem de outros centros de ensino. No entanto, vale ressaltar que a operacionalidade se consolida de acordo com o tempo e a experiência dos recursos humanos envolvidos. Identifica-se que as metas consignadas ao IFSERTÃOPE, pelo processo de expansão da EaD no país, não levam em consideração as necessidades de planejamento e qualificação dos recursos humanos envolvidos na implantação. Isso resulta, em algumas ocasiões, um desalinhamento entre a gestão do programa e os formadores, o que afeta o trabalho pedagógico. Essas dificuldades são amplamente dimensionadas quando os sujeitos envolvidos - alunos e tutores/professores - ainda não estão familiarizados com as especificidades do ambiente virtual de aprendizagem.

Outra consequência do processo de expansão da EaD pelo IFSERTÃOPE foi a deficiência na estrutura para sediar os polos de desenvolvimento das atividades, especialmente para os encontros presenciais necessários para aulas práticas e avaliações, como exigido pela legislação. Alguns campi do IFSERTÃOPE não possuíam acesso à internet estável, sala de aula, bibliotecas especializadas e laboratórios específico para o perfil dos cursos oferecidos.

Além disso, importante observar no aspecto da metodologia é sua perspectiva relacionada ao lema “aprender a aprender”[9], em especial, sobre as diversas formas de interação e colaboração que visam inovar o processo de aprendizagem. O aluno se torna diretamente responsável pelo acesso ao conhecimento, dependendo de sua autonomia e disciplina. Isso pode tornar inviável o discernimento pelas diferentes abordagens possíveis para o conhecimento, algumas vezes determinadas de acordo com as necessidades de produção das classes proprietárias. No entanto, é importante ressaltar que esse delineamento da aprendizagem não é exclusivo dessa instituição, sendo comum à EaD em geral.

Uma limitação importante se circunscreve no aspecto financeiro que assegura o ensino a distância como uma modalidade de custos altíssimos, devido à necessidade de construção e adaptação dos espaços físicos, aquisição de mobiliários, equipamentos, programas computacionais, base tecnológica para redes de transmissão via internet e satélite, para oferta de encontros por teleconferência, entre outros meios.

Durante o período do estudo, o Ministério da Educação (MEC) propôs um limite de R$2.000,00 por aluno para o ensino a distância, o dobro em relação aos cursos técnicos profissionalizantes presenciais no IFSERTÃOPE. Embora a EaD tenha potencial para alcançar mais alunos e reduzir custos com docentes e manutenção estrutural, há uma preocupação em relação ao papel do professor, que muitas vezes é reduzido a administrador de acesso, quantificador de resultados e motivador de participação online. Além disso, os educadores envolvidos são contratados como bolsistas, o que descaracteriza seus direitos trabalhistas e se assemelha à terceirização da docência em instituições públicas. É importante destacar que o crescimento da EaD e o investimento público e privado na modalidade não se limitam ao desenvolvimento tecnológico, mas também refletem as relações materiais da sociedade. Em outras palavras, a EaD é vista como uma oportunidade para o capital se reproduzir e acumular mais valor, o que aumenta a dependência e exploração do trabalho.

A situação indica que ainda há muito que ser desenvolvido na EaD no IFSERTÃOPE, especialmente no que diz respeito à garantia da qualidade desse processo e ao desafio de assegurar a permanência dos alunos nos cursos, considerando o grande problema de evasão que acompanha a EaD no país[10], conforme constatado na observação deste estudo.

Contudo, não se pode perder de vista que existem diferentes entendimentos de sucesso no campo da educação. Alguns se remetem às razões empreendedoras, no sentido amplo da economia política, e são alvos de críticas essenciais. Outros prezam pela ampliação da consciência dos trabalhadores em relação à sua condição de explorados. Nessa direção, a educação é vista como um meio de libertação e de desenvolvimento de possibilidades de se construir um novo mundo, onde as relações sociais de produção sejam justas e eticamente contrárias ao atual modelo de exploração e expropriação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo identificar as possíveis contradições históricas nas políticas públicas de formação dos trabalhadores pobres do país, a partir da implementação e execução da EaD no IFSERTÃOPE nos anos de 2013-2014. O estudo constatou que a EaD tem sido utilizada como um sustentáculo para a acumulação e reprodução do capital, por meio da exploração e formação de mão de obra barata.

A modalidade de EaD é vista pelo complexo empresarial como uma base estruturadora para garantir seus lucros, e o governo brasileiro, por meio de políticas públicas como o Pronatec, assume parte do projeto empresarial que

define as demandas pedagógicas do trabalhador e a direção para o mercado de trabalho.

Embora o avanço tecnológico seja resultado do desenvolvimento das forças produtivas, as relações de produção atuais têm naturalizado o domínio da classe dominante sobre esses recursos, e a EaD se configura como um tipo de mercadoria digital de alto valor e potencial de financeirização.

É fundamental que os trabalhadores se apropriem da crítica apresentada, especialmente por meio do movimento estudantil e dos sindicatos, para marcar uma luta contra a reestruturação do trabalho docente e contra a reprodução social gerada por pedagogias operativas que atendem ao projeto neoliberal.

Portanto, as discussões trazidas neste artigo devem possibilitar o aprofundamento do estudo, em especial na perspectiva da função social da tecnologia da informação no que tange aos seus alcances na educação da classe trabalhadora. É necessário considerar as mediações necessárias para a formação científica e de consciência social, que devem estar assentadas nesse processo.

Limits and contradictions in distance education: a case study at IFSERTÃOPE (2013-2014)

ABSTRACT

This study aimed to analyze the implementation of Distance Education (DE) offered by IFSERTÃOPE from 2013 to 2014, seeking to identify the relationships and determinants involved in national education policy. An exploratory approach was used through a case study in the target institution. To this end, official documents on DE in the federal network of technical and vocational education were read, a semi-structured questionnaire was administered, and participant observation was conducted during the 2014 school year. As a hypothesis, it was suggested that DE may be subject to a market logic, reflecting an integration into the fetish of technologies and ongoing productive restructuring. The results of the analyses indicated changes in the organization of teaching work, negativity in the public-private relationship, difficulties in technological and building infrastructure, and contradictions in pedagogical guidance for work. It is concluded that the educational context exposed presents limitations, in a political and pedagogical perspective influenced by the neoliberal adjustment of the country in the last decade. The urgency of students and workers assuming the dispute in this field is highlighted.

KEYWORDS: Distance education. Neoliberalism. Merchandise.

Límites y contradicciones en la educación a distancia: un estudio de caso en el IFSERTÃOPE (2013-2014)

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo analizar la implementación de la modalidad de Educación a Distancia (EaD) ofrecida por el IFSERTÃOPE en el período de 2013 a 2014, buscando identificar las relaciones y determinantes involucrados con la política nacional de educación. Se utilizó un enfoque exploratorio a través de un estudio de caso en la institución objetivo. Para ello, se realizaron lecturas de documentos oficiales sobre EaD en la red federal de enseñanza técnica profesionalizante, se aplicó un cuestionario semiestructurado y se llevó a cabo observación participante durante el período lectivo de 2014. Como hipótesis, se planteó la posibilidad de que la EaD pueda estar sujeta a una lógica mercadológica, reflejando una integración al fetichismo de las tecnologías y a la reestructuración productiva en curso. Los resultados de los análisis indicaron cambios en la organización del trabajo docente, negatividad en la relación público-privado, dificultades en la estructura tecnológica y de infraestructura, y contradicciones en la orientación pedagógica del trabajo. Se concluye que el contexto educativo expuesto presenta limitaciones, desde una perspectiva política y pedagógica influenciada por el ajuste neoliberal del país en la última década. Se destaca la urgencia de que los estudiantes y trabajadores asuman la disputa en este campo.

PALABRAS CLAVE: Educación a distancia. Neoliberalismo. Mercancía.

NOTAS

1 Os dados mencionados no texto têm como base a conjuntura política e econômica do Brasil nos últimos anos. Segundo informações divulgadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), desde a reforma trabalhista aprovada em 2017, houve uma redução de direitos trabalhistas e aumento da precarização laboral. Além disso, de acordo com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o movimento sindical vem sofrendo com a perda de representatividade e ataques do governo federal. Em relação à privatização de empresas e gerenciamento de recursos naturais, há dados que apontam para a transferência dessas atividades para o setor privado, como no caso da privatização da Eletrobras e da concessão de áreas de exploração de petróleo e gás a empresas privadas. Quanto aos serviços educacionais e de saúde, há legislações que permitem o repasse de recursos públicos para empresas privadas que atuam nesses setores, como é o caso das Organizações Sociais (OS) na área de saúde e das instituições privadas que oferecem cursos na modalidade EaD com financiamento público.

2 A média de idade do aluno EaD é 7 anos maior em relação ao estudante de cursos presenciais. Enquanto o primeiro representa média de 33 anos, o segundo representa média de faixa etária de 26 anos, de acordo com o Censo do Ensino Superior do MEC. O presidente da Anated (Associação Nacional de Tutores de Educação a Distância), Luis Gomes, explica que isso ocorre por causa de um período cíclico da carreira. "Normalmente, quem não consegue pagar uma faculdade termina o ensino médio e começa a trabalhar na faixa dos 20 anos. Constitui família e só depois dos 30 anos consegue estabilizar e decide investir na capacitação, que precisa ser na modalidade de EaD por conta da flexibilidade de horário e custo". Notícias do portal G1, Procura por ensino à distância cresce mais que busca por curso presencial, em 11/08/2012 06h30 - Atualizado em 13/08/2012 09h49 e acessado em 15/12/2013 09h11.

3 Agente Comunitário de Saúde, Logística, Manutenção e Suporte em Informática, Segurança do Trabalho e Serviços Públicos. No total, foram oferecidas 880 vagas distribuídas entre as unidades acadêmicas que compõem o IFSERTÃOPE.

4 Para melhores informações sobre o caso acessar a matéria: PF prende 18 pessoas por desvio de R$ 6,6 mi do Instituto Federal do PR. Disponível em https://educacao.uol.com.br/noticias/2013/08/08/pf-prende-18-pessoas-por-desvio-de-r-66-milhoes-no-ifpr.htm?cmpid=copiaecola acessado em março de 2014.

5 Segundo anuncia no site da instituição, os cursos EaD ofertados pelo IFSERTÃOPE tem como objetivo fortalecer as atividades ligadas ao desenvolvimento das cadeias produtivas das diferentes Regiões de Desenvolvimento (RD) do estado de Pernambuco, conforme os Arranjos Produtivos Locais (APLs). Assim, está atento às discussões que ocorrem no cenário estadual, bem como regional e nacional, para que as ofertas de cursos estejam de acordo com as demandas existentes, mais especificamente nas mesorregiões onde possui unidades/Campi, como: na mesorregião Sertão Pernambucano que abrange 41 municípios – com os Campi Salgueiro, Ouricuri e Serra Talhada; mesorregião São Francisco Pernambucano que

abrange 15 municípios – com os Campi Petrolina, Petrolina Zona Rural, Floresta e Santa Maria da Boa Vista. Disponível em https://www.ifsertaope.edu.br/index.php/quem-somos acesso em 02 de maio de 2023.

6 O resultado do Censo da Educação Superior 2021, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e pelo Ministério da Educação (MEC), indica que entre 2011 e 2021, o número de ingressantes em cursos superiores de graduação, na modalidade de educação a distância (EaD), aumentou 474%. No mesmo período, a quantidade de ingressantes em cursos presenciais diminuiu 23,4%. Se, em 2011, os ingressos por meio de EaD correspondiam a 18,4% do total, em 2021, esse percentual chegou a 62,8%, a rede privada ofertou 96,4% das vagas. Já a rede pública foi responsável por 3,6% das ofertas. [...] O número de matrículas também seguiu a tendência de crescimento dos últimos anos e chegou a mais de 8,9 milhões. As instituições privadas concentraram a maioria dos matriculados: 76,9%.Dados disponíveis em https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/ensino-a-distancia-cresce-474-em-uma-decada#:~:text=Em%202021%2C%20foram%20mais%20de,queda%20de%208%2C3%25. Acessado em dezembro de 2022.

7 A hegemonia das instituições privadas no segmento do EAD é outra evidência do levantamento: essas escolas respondem por 60,5% das matrículas. O restante dos alunos está dividido entre instituições sem fins lucrativos (14,5%) e públicas (15%) – os 10% restantes se referem a fundações, entre outras. A região Sudeste concentra a maior oferta de cursos. Mas é a Sul que aparece no topo do ranking de matrículas, com mais da metade dos registros (MAGGI, 2012).

8 Para entender melhor essa afirmação vê o ensaio *Porque a Suécia está revendo a privatização do ensino*, publicado pela portal da Rede de Democratização, publicado em 13/12/2013 e disponível em http://outraspalavras.net/outrasmidias/destaque-outras-midias/por-que-a-suecia-esta-revendo-a-privatizacao-do-ensino/ Acesso em 20/12/2013 as 10h00.

9 Para Newton Duarte o "aprender a aprender" foi uma lema defendido pelo movimento escolanovista e adquiriu novo vigor na retórica de várias concepções educacionais contemporâneas, especialmente no construtivismo. No mundo todo, livros, artigos e documentos oficiais apresentam o "aprender a aprender" como emblema do que mais existira de mais progressista e inovador, um símbolo da educação do século XXI (DUARTE, 2001). Ele análise, a partir de Coll (1994) que numa perspectiva construtivista, a finalidade última da intervenção pedagógica é contribuir para que o aluno desenvolva a capacidade de realizar aprendizagens significativas por si mesmo numa ampla gama de situações e circunstâncias, que o aluno "aprenda a aprender" (DUARTE, 2001, p. 36).

10 A evasão dos estudantes é o maior obstáculo para o EAD (Ensino a Distância), segundo instituições que ofertam cursos nesta modalidade. O resultado foi obtido pelo Censo EAD.br 2010, o último divulgado pela Abed (Associação Brasileira de Educação a Distância) (RODRIGUES, 2012).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação Sociológica**, 25 (87), 335-351. Disponível em: <http://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0184.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2023 DOI :10.1590/S0101-73302004000200003

BATISTA, R. L. **A ideologia da nova educação profissional no contexto da estruturação produtiva**. 317 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Fasculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/101003>.

BRASIL. **Decreto nº 7589/2011**. Institui a Rede E-tec Brasil. Presidência da República: Casa Cívil: 26/10/2011.

BRASIL. **Plano Nacional De Educação (2011-2020)**. (Texto em discussão para apresentação de decreto) Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478&Itemid=1107

CASTRO, A. M. D. A.; ARAÚJO, N. V. G. Educação superior no Brasil e a utilização da Educação a Distância como estratégia de expansão e massificação. **RBPAE,** v. 34, n. 1, p. 189 - 209, jan./abr. 2018.

CEAD-UnB. **Plano Nacional de Educação define papel da EAD.** Centro de Educação a Distância da Universidade de Brasília, Notícias. Acesso em: http://www.cead.unb.br/index.php/todas-as-noticias/173-plano-nacional-de-educacao-define-papel-da-ead.html

DUARTE, N. **Vigotski e o "aprender a aprender": crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana**. Campinas: Autores Associados, 2001.

FRIGOTTO, G. **Os Delirios da Razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional.** In: GENTILI, P. (Org.). Pedagogia da Exclusão. 13º Edição, Petropolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisas.** 4ª Edição, São Paulo, SP: Editora Atla, 2002.

GUIMARÃES, C. Pronatec: qualificação e trabalho sob demanda. **Revista POLI**, ano VI, nº 32 – jan/fev. 2014.

KOIKE, B. **Kroton vence o 'Valor 1000' entre as empresas com melhor desempenho**. Jornal Valor Econômico S.A; Disponível em http://www.valor.com.br/empresas/3667248/kroton-vence-o-valor-1000-entre-empresas-com-melhor-desempenho#ixzz3BV6UyBAp.

MAGGI, L. **Matrículas em cursos de educação a distância sobem 58%**. Revista Veja Online: Educação. Publicado em 26/09/2012. Disponível em http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/matriculas-em-cursos-de-educacao-a-distancia-sobem-58. Acesso em 19/12/2012, às 18h00.

MARX, K. **O Capital.** (Coleção Os Pensadores) São Paulo – SP: Editora Nova Cultural, 1996.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 1ª ed. Revista. São Paulo: Boitempo, 2011

RODRIGUES, C. **A evasão é o pior problema para o ensino a distância, aponta estudo**. Portal Uol: Educação. São Paulo. Publicado em 02/08/2012 as 06h00, disponível em http://educacao.uol.com.br/noticias/2012/08/02/evasao-e-o-maior-obstaculo-ao-ensino-a-distancia-para-instituicoes-diz-estudo.htm Acesso em 23/12/2013 as 14h00.

Recebido: 11 maio 2023
Aprovado: 21 jun. 2023
DOI: 10.3895/rtr.v8n0.16931
Como Citar: BARROS JÚNIOR, B; L.; LASALVIA, V. C. Limites e contradições na educação a distância: um estudo de caso no IF Sertão-PE (2013-2014). **Revista Transmutare**, Curitiba, v. 8, e16931, p. 1-18, 2023. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr>. Acesso em: XXX.
Correspondência:
Bartolomeu Lins de Barros Júnior
clarolhar@gmail.com

Direito Autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.